

mente uma decisão governamental. Eu acredito que os reitores são, sem dúvida, indicados pelo governo, mas são eleitos pela comunidade. Isso tem um outro conteúdo, que não transforma os reitores em simples executores de ordens governamentais. Havia no meu entendimento, margem para que outra decisão política fosse adotada. Mas, essa é uma opinião muito pessoal. Eu me lembro que muitas pessoas votaram no professor Odilon do Canto, que havia sido militante do movimento docente, da APUSM, enfim. São coisas que só a história dirá e ficam aí as memórias e é importante nós não deixarmos a memória se apagar.

**P- A sra. falou na questão das assembleias com o Auditório Gulerpe lotado. Hoje em dia isso é muito difícil. Mesmo na greve de 2005, o máximo que se conseguiu foi em torno de 150 professores. Na sua avaliação, por que essa dificuldade de trazer os professores às assembleias?**

**R-** Eu acredito que essa não é uma situação e uma característica específica do movimento docente. Isso acontece no conjunto do movimento sindical. Se observarmos o movimento que o conjunto dos trabalhadores vem desenvolvendo, há uma dificuldade em todas as categorias profissionais. Creio que há mudanças que ocorreram muito rápidas, da década de 80 para cá. Com toda a consolidação do modelo neoliberal, com a globalização, a reestruturação produtiva que esvaziou postos de trabalho e de alguma maneira fez o movimento sindical recuar. Muito mais na defesa de postos de trabalho do que no avanço em relação a defesas de ampliação ou recuperação de perdas salariais. Creio que nós vivemos num contexto particularmente acelerado na década de 90 de aprofundamento daquilo que nós consideramos como modelo neoliberal, que é profundamente excludente e remete a cada vez mais a retirada de direitos. Nesse processo eu acredito que o movimento sindical vem tendo no seu conjunto muitas dificuldades em mobilizações, ações mais intensas, que envolvam o conjunto da categoria. Por outro lado, na universidade nós também temos uma conjuntura peculiar. Nós vivemos muitas greves, que são instrumento importante de luta, mas elas são também momentos tensos, desgastantes, em que sem dúvida há prejuízo para todos os envolvidos, professores, alunos, o próprio setor de apoio da universidade, a administração. A sociedade em geral também percebe isso. Sempre foi muito difícil nós conseguirmos o apoio da sociedade, mas conseguimos com muito diálogo. A imprensa também teve papel muito importante, pelo menos no período em que eu estive, abrindo canais de diálogo

com a sociedade, além de todos os movimentos que fazíamos. Então, eu creio que esse é um momento que conjuntamente é difícil para o movimento sindical e no plano da universidade, além dessa questão do esgotamento ou do desgaste da greve como instrumento de luta. Há também um outro contexto, em que a universidade se justifica, não só pela formação de quadros profissionais que a sociedade demanda, mas ela se justifica pela produção de conhecimento. Isso remete à necessidade de desenvolvimento de projetos de pesquisa. Por outro lado, há formas desses projetos conseguirem realizar algum ganho salarial para os professores. É um contexto complexo, creio que de certa forma explica o momento difícil que o sindicato vive.

**P- A sra. acha que o aspecto político, no sentido de que tem um governo que durante muito tempo teve a simpatia do movimento docente, influencia no momento de fazer uma greve? Ou seja, há setores que fazem a defesa desse governo, gerando divisão. Poderia ser essa uma causa?**

**R-** Talvez, nem sempre é fácil se fazer a distinção entre movimento social e governo. O movimento social lutou durante muitos anos pela eleição de Lula. Portanto, existe um certo compromisso com um governo que foi eleito de maneira muito intensa, com a participação dos movimentos sociais. Creio que isso pode sim repercutir, pois não é fácil fazer essa separação.

Lembro-me no caso do governo Olívio no Rio Grande do Sul, quando a então presidente do CPERS, Lúcia Camini foi escolhida para a Secretaria da Educação. Ficou evidente para mim, na época, a falta de compreensão de que era a necessária separação entre movimento social e governo. Porque todo um conjunto de reivindicações que tiveram nesta líder importante a sua representação, a partir da entrada no governo, o discurso mudou efetivamente. Como garantir uma proposta de reposição salarial de 190 e poucos por cento? Eu acredito que não é fácil fazer essa nítida distinção entre movimento social e governo.

**P- A questão da filiação do ANDES à CUT foi causa de polêmica e acabou gerando a divisão da APUSM e surgiu a SEDUFSM. Em 2005, o Congresso do ANDES aprovou o desligamento da CUT em função de que a CUT estaria sendo**

**utilizada pelo governo, como uma central chapa branca. Como a sra. avalia, mesmo a distância, esse processo e se a decisão de sair da Central foi correta?**

**R-** É um pouco mais difícil para quem não acompanhou por dentro do movimento. Eu já não estava mais em Santa Maria, então se torna difícil. Porque eu acreditei muito na filiação do ANDES à CUT, entendendo essa filiação como uma perspectiva de unificação dos trabalhadores, com o setor do trabalho no Brasil tendo uma central forte, representativa e da qual fariam parte também os trabalhadores da universi-

dade. De longe, a minha idéia não era o apoio ao desligamento da CUT. Acredito que essas questões da relação entre movimento social e governo deveriam ser resolvidas, inclusive no embate interno, na disputa legítima. Porque não existe mais essa idéia, que uma vez surgiu na militância de um centralismo democrático, ou seja, uma vanguarda que decide e outra que vai a reboque. Eu acredito muito que a política é um campo de disputas, de idéias, de diferenças e não um campo de consenso. É um campo de dissenso onde se constroem os consensos possíveis. Eu preferiria que essa discussão fosse um pouco mais longe, no sentido de um debate profundo no interior do movimento.

**P- E como a sra. avalia a divisão atual do Movimento Docente, que, além do ANDES, agora passou a ter também o Fórum de Professores das IFES (PROIFES), que, mesmo sendo minoritário, e ainda não é sindicato, abarca uma dissidência que somaria 12 mil professores de um total de 50 a 60 mil. Contudo, abrange instituições importantes como a ADUFRGS, APUBH e ADUFSCAR. É possível a rearticulação do movimento docente e a consolidação de forças como as que se tinha antes?**

**R-** Eu acredito que o surgimento do PROIFES, sem dúvida, significa uma divisão do movimento. Mas isso não é apenas com o surgimento desse Fórum de Professores. Eu comecei a minha militância no ANDES, que ainda era Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, como professora da Universidade de Caxias do Sul. Portanto, eu me inseri no setor das universidades particulares, contudo, sempre foi muito forte no ANDES o setor das federais. Quando eu fiz concurso e ingressei na UFSM também foi nítida a percepção de fazer a militância numa particular e numa federal. É muito mais difícil fazer a luta no âmbito da universidade particular, porque é coisa do público e do privado. Por que a ANDES era importante como uma associação nacional de docentes do ensino superior e por que ela é importante como sindicato nacional? Porque é a única possibilidade de nós termos um projeto de universidade no Brasil que não contemple só o interesse de quem está no setor público, mas se pense num projeto de universidade para o país. Seria nós fazermos uma luta muito forte nesta direção. Eu creio que o surgimento de uma outra associação que só defenda o interesse das federais rompe com essa possibilidade. Eu ainda acredito que o ANDES deva levar essa luta e que os professores das universidades federais, inclusive os que integram o PROIFES, possam ultrapassar uma posição apenas corporativa e que se pense um projeto de universidade para o Brasil.

**“O surgimento do PROIFES significa uma divisão do movimento docente”**

